CRISE E DEPENDÊNCIA: O AJUSTE ECONÔMICO NO BRASIL A PARTIR DE 2015

Cláudia Maria Costa Gomes[1]
Thaís Lopes Vasconcelos[2]
João Ítalo Almeida da Costa[3]

RESUMO
Este trabalho apresenta os resultados da pesquisa em andamento (PIBIC/UFPB/PRPG/CNPq), intitulado: *"O capitalismo em crise: fatores contra restantes nas politicas econômicas brasileiras a partir de 2016"*. Tem como objetivo identificar o modelo de desenvolvimento que está presente na agenda politica do país a partir de 2016. Dos objetivos da pesquisa, nos atemos a analisar os principais elementos que compõe o capitalismo periférico e o Estado brasileiro em seu processo de ajuste permanente, com vistas a conhecer a implantação do programa "*Travessia Social – Uma ponte* para o futuro", do governo de Michel Temer (2016-2018). Nosso esforço consiste em construir uma síntese, a partir dos traços estruturais da formação social brasileira, para analisar a crise no país, que impactou com força a partir de 2016. Do processo investigativo, podemos inferir que o ajuste realizado no Brasil nos últimos anos, está pautado na justificativa à saída da crise.

Palavras-chave: Crise; dependência; capitalismo brasileiro

ABSTRACT
This paper presents the results of the ongoing research (PIBIC/UFPB/PRPG/CNPq), entitled: "Capitalism in crisis: counteracting Influences in Brazilian economic policies from 2016 onwards". It aims to identify the development model that is found in the country's political agenda from 2016 onwards. From the research objectives, we will analyze the main elements that make up peripheral capitalism and the Brazilian state in its process of permanent adjustment, with views to learn about the implementation of the program "Travessia Social – A bridge to the future", of the government of Michel Temer (2016-2018). Our effort is to build a synthesis, based on the structural features of the Brazilian social formation, to analyze the crisis in the country, which has had a strong impact since 2016. From the investigative process, we can infer that the adjustment carried out in Brazil in recent years, it is based on the justification to get out of the crisis.

Keywords: Crisis; dependency; Brazilian capitalism

[1] Universidade Federal da Paraíba; Professora Associada e Permanente do Programa de Pós-graduação em Serviço Social. claudia.gomes@academico.ufpb.br

[2] Universidade Federal da Paraíba; Aluna do curso de Serviço Social; Bolsista PIBIC/UFPB; profthais@gmail.com

[3] Universidade Federal da Paraíba; Aluno do curso de Serviço Social; Bolsista PIBIC/UFPB/CNPq; joaoitalo454@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Este artigo é resultado do acúmulo inicial obtido no projeto de pesquisa “O capitalismo em crise: fatores contra restantes nas politicas econômicas brasileiras a partir de 2016”, desenvolvido no âmbito da iniciação científica no Grupo de Estudos e Pesquisa em Economia política e Trabalho (GEPET), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e cadastrado no Diretório Geral de Pesquisadores do Brasil/CNPq.

O projeto de pesquisa propõe aprofundar os estudos sobre o capitalismo brasileiro. Nosso esforço incide na busca por aprofundar o debate no campo temático “desenvolvimento” e “subdesenvolvimento” a partir da teoria do desenvolvimento desigual e combinado, onde buscamos fazer uma análise do capitalismo dependente para melhor compreender a crise brasileira. Trata-se de um esforço em investigar as determinações que evidenciam o cenário contemporâneo em seus mais diversos aspectos, considerando o avanço da crise, marcado pela mundialização do capital (CHESNAIS, 1998) e de acumulação periférica, nos marcos da economia dependente do capitalismo latino-americano.

Nosso objetivo nesse artigo consiste em construir uma exposição que estabeleça um diálogo inicial entre as determinações recentes da crise capitalista mundial e as características particulares da formação econômico-social do Brasil, no intuito de construir um esboço sobre os ajustes econômicos, feitos no país a partir de 2015, no sentido de contornar a crise, que se expressaram no sentido da diminuição dos diretos dos trabalhadores, redução do acesso a serviços públicos e subtração do financiamento de direitos sociais.

À vista disso, para alcançar os objetivos da pesquisa, optamos como procedimentos metodológicos, além do levantamento bibliográfico, a análise de dados empíricos secundários sobre o ajuste econômico realizado no Brasil no governo Temer “[...] que congelou por 20 anos o financiamento das políticas sociais, impactando sobremaneira, no desenvolvimento econômico do país” (GOMES, 2020, p. 36).

Para tanto, sob o viés da teoria social crítica, tomamos como referência os autores clássicos que interpretaram o Brasil, a exemplo de Florestan Fernandes e Caio Prado Junior e as formulações mais recentes sobre o período em que atravessa a realidade nacional, extraindo as categorias analíticas de crise, dependência e a lei do desenvolvimento desigual e combinado, como necessárias para a compreensão do desenvolvimento do capitalismo periférico no país, para analisarmos a conjuntura brasileira a partir de 2015 que evoca o programa e ajuste macroeconômico ultra neoliberal como saída à crise.

CRISE E DEPENDÊNCIA

A configuração da crise aberta desde os anos setenta do século XX é determinante na formação de um novo bloco histórico a nível mundial, para responder as disjuntivas da acumulação capitalista nessa etapa de seu desenvolvimento histórico, centralizado pelo estagio imperialista contemporâneo, que tem no capital fictício sua forma de ser.

Dessa forma é possível dizer que a reorganização do desenvolvimento das forças produtivas, como medidas de enfrentamento da crise, gerou a necessidade de recomposição e ajuste entre as forças produtivas e os aparelhos de hegemonia, demandando uma nova forma de reestruturar a produção; à custa da precarização e flexibilização no mundo do trabalho e sobre a força de trabalho e a sua divisão social e técnica, implementando mecanismos sócio-políticos que assegurassem à sua reprodução, a exemplo de uma maior abertura comercial e financeira, reforma nos mercados laborais, alterações na forma de apropriação/acumulação do capital sob as bases do rentismo e “elevación de la parte del valor producido por el capitalismo dependiente para la apropriación/acumulación en los países centrales[1]” (CARCANHOLO, 2017, p. 29).

Essa caracterização histórica comporta elementos de um debate mais estrutural do ponto de vista econômico, o qual pressupõe o conceito de crise que abrange uma variedade de significados que se pode encontrar em análises marxistas de diversas procedências e fundamentos e que não cabe explicitar[2].

Importa saber, como categoria analítica, que o conceito de crise se define nos marcos do processo de acumulação, revelando em um nível mais simples, as barreiras e os limites do capital. “Como tales forman parte del recorrido capitalista normal, lo que no equivale a decir que éste sea cíclico, sino a que las crises se producen inevitablemente: son un paso ineludible del proceso de acumulación” (ARRIZABALO, 2016, p. 548).

Na América Latina, a prerrogativa da crise operada pelo neoliberalismo não se restringe excepcionalmente à dificuldade de escassez de produtos de matéria prima, elevação dos preços das commodities, redução das transferências de recursos no mercado de crédito internacional, ou ao problema do desemprego estrutural na região, mas ao efeito do esgotamento do padrão de financiamento público da economia capitalista, conduzidas por políticas de privatização/liquidação de empresas estatais e serviços públicos.

Para a tradição marxista que reflete a questão dos países periféricos desde a problemática da dependência, marcados pelo imperialismo, colonialismo, neocolonialismo e outras formas de relações hierárquicas de domínio nestas nações; a formação de um projeto de poder que acaudilha a política do Estado nos países do subcontinente, desde sempre esteve às voltas com uma questão crucial: a relação subordinada que eles estabelecem com os países capitalistas centrais.

Ao analisar o marco da dependência e do subdesenvolvimento dos países latino-americanos ante a crise contemporânea, Arrizabalo explica,

> […] la acumulación se dirigirá en gran medida de acuerdo a los intereses del capital extranjero que, de facto, tutelará el Estado en connivencia con la vieja clase dominante […] en términos de “desarrollo desigual y combinado” se mantiene la dependencia, una gran dependencia que se plasma en los planos comercial y financiero, pero también en otros como el tecnológico o el de patrones de consumo, y que condiciona el conjunto de la estructura económica de estas sociedades (ARRIZABALO, 2016, p. 547-548).

Em definitivo, pode-se dizer, que do predomínio colonial à dominação imperialista, os predicados de dependência na economia, na sociedade, na política e na cultura dos países latino-americanos conferem a seus processos de

desenvolvimento, uma forte marca de heteronomia e “modernização conservadora”, herdeiras da formação sócio histórica do subcontinente.

No que se refere à dependência, a captura histórica e contraditória do próprio desenvolvimento capitalista nos países periféricos, tendo por base o processo de acumulação em escala mundial nos marcos da divisão internacional do trabalho, os quais determinam em grande medida, o caráter dialético do desenvolvimento e subdesenvolvimento, considerados apenas como aspectos distintos da mesma realidade no processo de expansão do capitalismo mundial.

De outra forma, pode-se dizer que as relações estruturais de dependência se colocam além do campo das relações mercantis, se configurando também no movimento internacional de capitais, em especial na figura dos investimentos direto estrangeiros e na dependência tecnológica. A esses fatores, soma-se o caráter histórico do imperialismo, que representa um fator constitutivo das estruturas socioeconômicas dos países periféricos. A conjunção desses mecanismos integram de forma subordinada, as economias latino-americanas à economia internacional. Carcanholo identifica três determinações histórico-estruturais da dependência:

> O primeiro seria a redução dos preços dos produtos exportados pelas economias dependentes (produtos primários e com baixo valor agregado) em relação ao preço dos produtos industriais ou com maior valor agregado importados dos países centrais, num processo de transferência de valor (ou, dito de outra forma, num processo de perda nos termos de troca). O segundo seria a remessa de excedentes dos países dependentes para os avançados, sob a forma de juros, lucros, amortizações, dividendos e royalites, pela razão dos primeiros importarem capital dos últimos. Por fim, o terceiro seria a instabilidade dos mercados financeiros internacionais, geralmente implicando em altas taxas de juros para o fornecimento de credito aos países dependentes periféricos, colocando os mesmos a mercê do ciclo de liquidez internacional (CARCANHOLO, 2004, p. 9).

Outra formulação das mais fecundas a respeito de uma visão dialética da história do desenvolvimento capitalista na periferia é elaborada a partir da lei do “desenvolvimento desigual e combinado”[3]. A referência ao ciclo de "desenvolvimento desigual e combinado", que associa características de diferentes períodos históricos, é ilustrativa da nossa formação social. Trotsky formulou de forma explícita e coerente uma teoria do desenvolvimento de países periféricos, isto é, atrasada na

linguagem da época. Isso articulou a lei do desenvolvimento desigual com uma lei de desenvolvimento combinado, o que permitiu formular a hipótese de um país periférico "pular" em etapas históricas, causando um desajuste temporário no âmbito das relações sociais de produção e reprodução. Assim, a teoria do “desenvolvimento desigual e combinado” mostra que os países periféricos e dependentes assimilam as conquistas materiais e ideológicas dos países de capitalismo avançado, aonde o progresso do sistema econômico mundial é marcado pela combinação das formas de acumulação primitiva e expansão do capital, resultando numa amalgama das formas arcaicas com as formas modernas (GOMES, 2020).

Nesse sentido, a inserção dos países latino-americanos no capitalismo mundializado, frente ao parâmetro do modo de produção capitalista, apresenta peculiaridades próprias, que limitam a expansão do capitalismo no subcontinente.

Portanto, o esforço teórico na pesquisa consiste em aprofundar a caracterização do momento presente no Brasil, o que significa analisar estrutura e conjuntura, sob as quais emerge e se desenvolve a crise capitalista brasileira, assinalando as particularidades do percurso ultra neoliberal no país, que tem aprofundado o caráter dependente, desigual e combinado de nossa formação social.

A TEORIA DO DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E COMBINADO PARA ENTENDER O BRASIL

Para compreendermos a formação social brasileira e o caráter do capitalismo dependente, pretendemos nos aproximar da elucidação da teoria e do método utilizado por Léon Trotsky em sua teoria do desenvolvimento desigual e combinado, que explica, a partir da história da Rússia, como o capitalismo pode se desenvolver de formas diferentes em países com diferentes estágios de desenvolvimento. O referido autor construiu uma teoria que consegue ser aplicada para explicar o desenvolvimento do modo de produção capitalista nos países periféricos.

> A teoria do desenvolvimento desigual e combinado é interessante não apenas por sua contribuição à reflexão sobre o imperialismo, mas também como uma das tentativas mais significativas de romper com o evolucionismo, a ideologia do progresso linear e o euro-centrismo. Segundo Ernst Mandel, trata-se provavelmente da maior contribuição de Trotsky à teoria marxista (LÖWY, 1995, p.73).

Segundo Coggiola (2004) a lei desenvolvida por Trotsky, com base na história de uma nação atrasada como a Rússia; um país que ainda não tinha vivido uma revolução burguesa no sentido jacobino, não poderia desenvolver um capitalismo igual a dos países ocidentais. Um país onde a agricultura permanecia quase ao nível do século XVII, enquanto que a indústria, por sua técnica e sua estrutura capitalista encontrava-se até certo ponto bem avançada. Trotsky conseguia ver pela perspectiva da totalidade a condição da Rússia no capitalismo global[4].

Nesse sentido, a teoria do desenvolvimento desigual e combinado, consegue explicar sob a perspectiva da totalidade, o caráter desigual e combinado do capitalismo dependente brasileiro "[...] é uma tentativa de explicar estas "modificações" e dar conta da lógica das contradições econômicas e sociais dos países do capitalismo periférico ou dominados pelo imperialismo" (LÖWY, 1995, p.73-74).

Ao longo dos últimos séculos o capitalismo penetrou de país a país, avançando em suas sucessivas fases (comercial, industrial, financeira, etc.). Cada nação entrava na divisão internacional do trabalho no mercado global de forma particular, com diferentes graus de expressão e expansão capitalista de acordo com as diferentes etapas do seu desenvolvimento. A lei do desenvolvimento desigual e combinado, muitas vezes utilizada para dar conta de explicar o imperialismo entre nações, pode também explicar as diferenças no processo de acumulação entre as regiões de um país, uma vez que os diferentes espaços adquirem traços diferenciados e muitas vezes complementares.

> En realidad, ese proceso viene de lejos pues la expansión colonial europea siempre tuvo un interés económico inequívoco: el aprovisionamiento de materias primas y otros recursos naturales, así como un destino en el que colocar la producción para la que la demanda local era limitada. Es decir, el interés era la conquista de mercados. A partir de este interés se va configurando una división internacional del trabajo. Esta división, en tanto que especialización productiva de las distintas regiones, consiste esencialmente en producir y exportar bienes primarios y otras en producir y exportar bienes manufacturados. Es bastante conocida la situación compartida por las diferentes economías latinoamericanas, en cuanto a su inserción primario-exportadora en la economía mundial (ARRIZABALO, 2016, p. 160).

Nesta direção, longe de significar um fenômeno desprendido das relações com o grande capital, na periferia do capitalismo brasileiro, as históricas composições de desenvolvimento "desigual e combinado", no âmbito do estagio imperialista, estabeleceram modelos muito assimétricos de distribuição de renda e riqueza, além de processos cada vez mais adversos de acesso ao trabalho.

Por fim, analisando as informações mais importantes que problematizam as questões relacionadas ao objeto da pesquisa e extraindo delas as categorias analíticas de crise e dependência como necessárias para a compreensão do desenvolvimento do capitalismo no país, analisaremos a conjuntura brasileira a partir de 2015 que evoca o programa e ajuste macroeconômico neoliberal, como saída à crise, supondo que as determinações do ciclo econômico mundial, que joga um papel importante na divisão internacional do trabalho, aprofunda o caráter dependente da economia brasileira, que avança na crise e se sustenta no plano histórico concreto da larga depresión (Michael Roberts, 2016) do capitalismo em sua etapa atual (GOMES, 2020).

CRISE E AJUSTE ECONÔMICO NO BRASIL

O desgaste social, político e econômico provocado pelos ajustes neoliberais na América Latina apresentaram novas intermediações referentes à configuração do Estado e relações de classe no trânsito ao século XXI. Essas mutações no "modelo de desenvolvimento" empregado em um capitalismo marcado pela heteronomia (FERNANDES, 2006), possui como síntese recente, a agenda ultra neoliberal imposta na conjuntura de crise no Brasil, a partir de 2015 (GOMES, 2020).

Inicialmente, verifica-se a necessidade investigativa sobre as orientações macroeconômicas do neoliberalismo impostas desde os anos 1990 pelo ajuste fundomonetarista e que foi aprofundada com a crise brasileira a partir de 2015.

Nosso esforço incide em compreender o ajuste, como parte da reflexão sobre o avanço do neoliberalismo no Brasil. Tomando como referência os estudos de Filgueiras em seu artigo intitulado *"O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico"* (2006) e Melchior & Oliveira, em *"Reformas do*

capitalismo brasileiro contemporâneo: uma análise a partir da teoria marxista da dependência" (2017), pudemos identificar que os autores elucidam o processo de implementação do neoliberalismo no Brasil.

> A abertura comercial e financeira – demandada pelos capitais financeiros nacionais e internacionais e por grupos vinculados à exportação/importação de bens e serviços –, juntamente com a reestruturação do Estado, foi fundamental na redefinição das relações estabelecidas pelas diversas frações do capital, entre si e com as classes trabalhadoras e o Estado, implicando o fortalecimento dos capitais internacionais e dos grandes grupos nacionais – que conseguiram se transnacionalizar e se financeirizar organicamente (FILGUEIRAS, 2006, p.185-186).

Também Melchior & Oliveira, explicam:

> [...] A atração de investimentos altamente voláteis e com grande rotatividade devido à estrutura do mercado financeiro desregulamentado promove a captação de recursos para o rentismo, resultando na entrada e saída de capitais de curto prazo, variando de acordo com a conjuntura favorável ou não para o retorno financeiro (MELCHIOR; OLIVEIRA, 2017, p.12).

Estes mesmos autores pontuam que a lógica especulativa se exacerba a ponto de se tornar predominante sobre a lógica produtiva. Embora, podemos concluir que é o processo produtivo que desemboca em crescimento econômico, uma vez que uma dinâmica ativa de produção evita estágios de superacumulação e de subconsumo, os quais pesam como fatores estruturantes e estruturais das crises.

Para tanto, analisamos o documento *Travessia Social – Uma Ponte para o Futuro*[5], onde podemos visualizar o quadro de desmonte aos direitos sociais e uma agenda que demonstra o ajuste macroeconômico neoliberal no país, com destaque a aprovação da PEC do Teto (PEC 241/55), que prevê que os gastos do governo não poderão subir acima da inflação por vinte anos, cujo impacto para os programas sociais assinalou, para um maior crescimento da pobreza no país, elevando os índices de desigualdade.

O ajuste fiscal realizado pelo governo de Michel Temer (2016-2018), reduziu de maneira drástica os investimentos nas políticas de saúde, educação e Assistência Social, com cortes nos Programas Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida, Proune, Fies, entre outros (SILVA, 2019).

> A implantação da proposta de Temer, conforme presente no documento "Travessia Social – Uma ponte para o futuro", o Brasil pode vir a seguir o sentido da regressão de suas políticas sociais. Pode-se, resumidamente estar diante da transição de um complexo, diversificado e universalista sistema de proteção e promoção social para o de focalização e residualista (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2016, p. 15).

A pesquisa documental realizada em nossa pesquisa de iniciação científica demonstra o corte de gastos, na tentativa de desenvolvimento e propulsão econômica como saída para a crise corrente. E no tocante ao desmonte das políticas sociais, verificamos que a proposta do ajuste, defendida no documento, *Travessia Social – Uma Ponte para o Futuro*, assinala para a ideia do "orçamento com base zero", propondo que: "[...] a cada ano todos os programas estatais sejam avaliados por um comitê independente, que poderá sugerir a continuação ou o fim do programa, de acordo com os seus custos e benefícios" (PMDB, 2015, p.10). Afirmam ainda que é estratégico para saída da crise,

> [...] em primeiro lugar acabar com as vinculações constitucionais estabelecidas, como no caso dos gastos com saúde e com educação, em razão do receio de que o Executivo pudesse contingenciar, ou mesmo cortar esses gastos em caso de necessidade, porque no Brasil o orçamento não é impositivo e o Poder Executivo pode ou não executar a despesa orçada (PMDB, 2015, p.09).

É imperativo destacar, quanto a isso, que o ajuste estrutural de caráter ortodoxo foi para retirar os escassos recursos dos trabalhadores e transferi-los a quem sempre lucrou e concentrou a riqueza neste país, o que pode ser facilmente ilustrado nos cortes realizados nos últimos dois anos do mandato do Presidente Temer, sobre o orçamento de políticas sociais, o que reforça o caráter desigual e combinado da formação social do país, que atualiza à sua dependência às economias imperialistas.

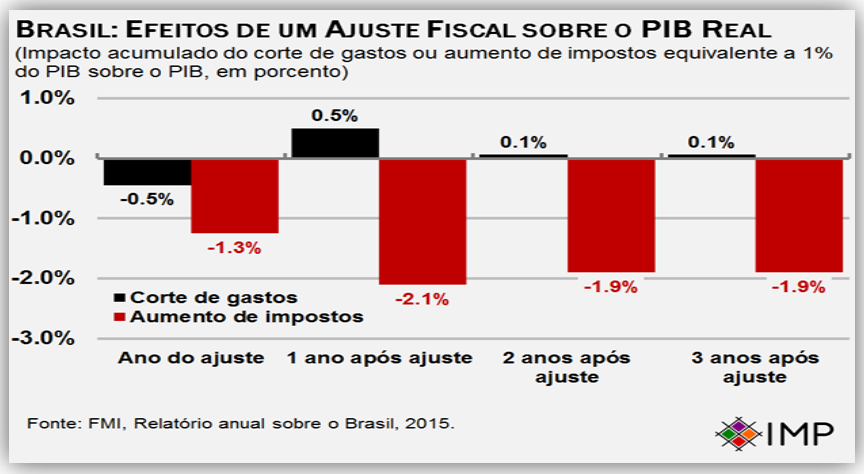

Figura 1 – Impactos de ajuste fiscal sobre o PIB
Fonte: Instituto mercado popular, 2016.

Para o Instituto do Mercado Popular (IMP, 2016, p. 16), os efeitos do ajuste fiscal têm várias facetas: "[...] gastamos mais do que arrecadamos com nossos impostos, nós estamos transferindo renda de outras gerações para a gente. Esse gasto adicional – o "déficit", em economês – será financiado por meio de um aumento da dívida pública".

> O custo da dívida pública é transferido diretamente para a sociedade, em particular para os mais pobres, tanto por meio dos pagamentos de elevados tributos incidentes, sobretudo os que consomem quanto pela ausência ou insuficiência de serviços públicos a que têm direito- saúde, educação, assistência social e previdência- e, ainda, entregando patrimônio público mediante privatizações e exploração ilimitada de riquezas naturais com irreparáveis danos ambientais, ecológicos e sociais (FATORELLI, 2013, p. 04).

Além disso, outro elemento de regressão com a aprovação da PEC do teto foi a que previu que os gastos do governo não poderão subir acima da inflação por vinte anos. O impacto desse ajuste incide sobre um maior crescimento da pobreza no país, elevando os índices de desigualdade. Portanto, ajustes estruturais, que combinam o corte de gastos e as privatizações.

Figura 2 – Orçamento Geral da União (executado em 2015)
Fonte: Auditoria cidadã da dívida pública, 2016.

Segundo os dados da Auditoria, inferimos que parte do orçamento foi destinada ao pagamento dos juros e amortizações da dívida, com cerca de 40 % total do orçamento. Para as políticas sociais, observamos que a previdência social recebe o maior investimento com cerca de 20%. Para os outros setores, poucos são os que recebem mais de 1% desse total investido, a exemplo os gastos com agricultura, saneamento, cultura, habitação, direito e cidadania, que não chegam juntos, a esse percentual.

Isso tudo, pode ser verificado nos ajustes definidos a partir da PEC 87/2015, de autoria da então Presidenta Dilma Rousseff, que prorrogou a Desvinculação das Receitas da União (DRU)[6] até 2023 e ampliou de 20% para 30% o percentual a ser desvinculado.

Tabela 1 – Ajustes a partir da PEC 87/2015

Receita	Regra atual	PEC
Impostos	20%	Fora da DRU
Contribuições sociais e econômicas	20%	30%
Acréscimos legais de impostos e contribuições	20%	Fora da DRU
Fundos constitucionais (FCO/FNE/FNO)	–	30%
Taxas	–	30%
Compensações financeiras – Recursos hídricos e minerais	–	30%

Fonte: PEC 87/2015

Fonte: Senado Notícias, 2015. Elaborado a partir do texto da Emenda Constitucional PEC 87/2015.

Portanto, ao analisarmos a conjuntura brasileira a partir de 2015, podemos identificar um alto nível de endividamento no país, o que reflete em implicações nas diversas áreas de desenvolvimento econômico, político e social, em detrimento de condições favoráveis à classe trabalhadora, aplicado por meio de nefasto programa de destruição social, que se justifica pela crise econômica, mas que na realidade, afirma o caráter dependente e desigual do capitalismo brasileiro, sob a égide do Estado.

3 CONCLUSÃO

O principal desafio do artigo foi o de articular, por aproximação sucessiva ao nosso objeto de estudo, as análises sobre a história recente do país às nossas particularidades histórico-estruturais. Para isso, recuperar os autores e algumas teses clássicos do pensamento social crítico brasileiro e latino-americano é, em curtas palavras, uma tarefa indispensável da nossa pesquisa em largo prazo.

Assim, em meio a um contexto de crise e ajuste econômico, tomamos como referência analítica, o tema do desenvolvimento, a partir dos conceitos de dependência e lei do desenvolvimento desigual e combinado, como “chave” para explicar a crise brasileira e sua tendência histórica no marco do capitalismo periférico.

Demonstramos a necessidade investigativa sobre as orientações macroeconômicas do ultra neoliberalismo impostas pelo ajuste econômico, aprofundada com a crise brasileira a partir de 2015, com vistas a fornecer subsídios para uma reflexão crítica e apresentar argumentos e dados atualizados que exponham o real significado da crise brasileira na atual conjuntura.

Em consonância com a interpretação dos clássicos aqui utilizados, reiteramos que a particularidade brasileira revela que o avanço da crise mundial, impõe novas condições e possibilidades de inserção da economia brasileira no mercado mundial, cujos adensamentos por meio de políticas econômicas dos sucessivos governos brasileiros, ditados por meio de ajustes financeiros, reproduzem com mais força a dependência e subordinação do Brasil ao capital internacional a partir de 2015,

reforçando estruturalmente as imposições do imperialismo e da burguesia brasileira sobre as condições de vida da classe trabalhadora.

Em ultima instância, isso explica a necessidade da total destruição dos direitos e garantias sociais, resultado das conquistas democráticas e das lutas dos trabalhadores nos últimos anos, implicando uma regressão social sem precedentes. Essas determinações, sócio históricas, reproduzem e aprofundam a dependência e a crise.

REFERÊNCIAS

ARRIZABALO, M., Xabier. **Capitalismo y Economía Mundial**. 2. edición, Instituto Marxista de Economía (IME), Madrid, 2016. 720 p.

CARCANHOLO, Marcelo. **Dependencia, Superexplotación del trabajo y crisis**: una interpretación desde Marx. Madrid, Maia ediciones, 2017.

CHESNAIS, François. **A Mundialização financeira**. São Paulo, Xamã VM Ed. Graf. Ltda., 1998.

COGGIOLA, Oswaldo. **Trótski e a lei do desenvolvimento desigual e combinado**. Novos Rumos, Ano 19, n.42, p.04-23, 2004.

FATORELLI, M. L. **Auditoria Cidadã da Dívida Pública**: Experiências e Métodos. Brasília: Inove Editora, 2013.

FILGUEIRAS, Luiz. **O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico**. Em publicación: Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales. Basualdo, Eduardo M.; Arceo, Enrique. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. Agosto, 2006. ISBN: 987-1183-56-9.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **Plano de Temer vai excluir mais de 10 milhões de famílias do programa Bolsa Família.** 2016. Disponível em: https://fpabramo.org.br/2016/05/24/estudo-analisa-impactos-do-plano-temer-sobre-o-bolsa-familia/. Acesso em 25 nov. 2020.

GOMES, Cláudia M. C. **O Capitalismo em crise: fatores contra restantes nas politicas econômicas brasileiras a partir de 2016**. Projeto de Pesquisa, 2020, UFPB/CNPq. 32fs.

INSTITUTO MERCADO POPULAR. **Como fazer um ajuste fiscal**: mais impostos ou menos gastos púbicos? Disponível em: https://mercadopopular.org/economia/como-fazer-um-ajuste-fiscal/. Acesso em: 18 ago. 2021.

LÖWY, M. **A teoria do desenvolvimento desigual e combinado**. Tradução de Henrique Carneiro. Actuel Marx, 18, p.73-80, 1995.

MELCHIOR, Derik; OLIVEIRA, Guilherme Almeida de. **Reformas do capitalismo brasileiro contemporâneo: uma análise a partir da teoria marxista da dependência**. 2017. Disponível em: <https://www.niepmarx.blog.br/MManteriores/MM2017/anais2017/MC22/mc222.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2021.

PMDB. **Uma Ponte Para o Futuro**. Fundação. Ulysses Guimarães, Brasília, 29 de outubro de 2015. Disponível em: https://www.fundacaoulysses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA-O-FUTURO.pdf. Acesso em: 24 nov. 2020.

ROBERTS, Michael. **La larga Depressión**. Trad. Alba Dedeu. Madrid, El Viejo Topo, 2016.

LIMA, Ana Manoela da silva. **Fundo Público e Seguridade Social brasileira**: O Ajuste Financeiro nos Programas de Transferência de Renda entre 2015-2018. **Dissertação**. (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal da Paraíba: João Pessoa, 2019. 165f.

Notas

[1] Elevação da parte do valor produzido pelo capitalismo dependente para a apropriação nos países centrais (Tradução nossa)

[2] CF. GRESPAN, J. Uma teoria para as crises. In: *Capitalismo em Crise*: a natureza e dinâmica da crise econômica mundial. (org.) Arruda Sampaio Jr. São Paulo, Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2009, pp. 29-55.

[3] A "Lei do desenvolvimento desigual e combinado" presente em todo o pensamento de Trotsky tem sua melhor aplicação em *A História da Revolução Russa*.

[4] Segundo Löwy (1995) Trotsky o aborda sob o ângulo da inserção da economia russa no sistema capitalista. A formação social russa era vista como um subconjunto periférico do capitalismo mundial, que compunha, de forma determinante, sua estrutura econômica e social.

[5] BRASIL. Poder Executivo. Proposta De Emenda À Constituição Nº 241-A, de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Brasília, DF: Poder Executivo, 2016. 62 p.

[6] "A DRU é um mecanismo que permite ao governo federal usar (para quaisquer fins) 20% de todos os tributos federais vinculados por lei a fundos ou despesas. Tem como principal fonte de recursos contribuições sociais, podendo ser direcionada para qualquer despesa considerada prioritária e também na formação de superávit primário." (SILVA, 2019, p. 87).